



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS: a hora e a vez do PMALFA

Mylena Freitas ARAÚJO (UEMS)¹

Elis Regina dos Santos VIEGAS (SEMED-UEMS)²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a efetivação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no município de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS). Debruça-se sobre o Programa instituído em 2018 pelo governo federal e acolhido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no sentido de refletir sobre sua implementação com o intuito de buscar pontos convergentes e divergentes no que se refere aos desafios envolvidos em sua execução e materialização. A opção metodológica adotada ampara-se na abordagem qualitativa, pautada pela pesquisa bibliográfica-documental, tendo como instrumento de investigação o questionário aplicado junto a gestora municipal responsável no período de implementação. Em tempos de degradação da educação pública em meio à crise econômica e política observada na história do país, mas, em particular, na situação de calamidade pública pós pandemia. Deve-se emergir o atual contexto através da reflexão sobre a Educação e sobre a fase da Alfabetização para aproximar a sociedade das questões que envolvem o chão da escola. A investigação revela que há dificuldades quanto a estrutura tecnológica (física e humana) nas quais colaboraram para o desinteresse das unidades escolares quanto a adesão de tais programas de abrangência nacional, considerando a fragilidade, efetivação e retorno real de tais iniciativas no âmbito escolar.

Palavras-chave: Políticas de Alfabetização. PMALFA. Ensino Fundamental.

1 Introdução

O tema surge da busca em compreender melhor as Políticas de Alfabetização implementadas no município de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS). Como pedagoga recém-formada e mãe, a pesquisa iniciou-se por um desejo pessoal em apreender mais sobre o processo alfabetizador nos primeiros anos do ensino fundamental, sobretudo, frente ao cenário atual de instabilidade pandêmica entre os anos 2020 e 2021.

¹ Formada em Pedagogia e Especialista em Coordenação Pedagógica, ambas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: mylenafreitas88@gmail.com

² Técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Dourados-MS e Professora contratada na UEMS. Doutora em Educação pela UFGD. E-mail: elisreginaviegas@gmail.com





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Somado a isso, a degradação da educação pública em tempos de crise sanitária, econômica, política e social observada na história do Brasil, visualizada pela falta de recursos para se manter em isolamento social, assim como a falta de oportunidades no mercado de trabalho, amplia-se significativamente a lacuna das desigualdades já existentes. Tais desigualdades, entre outros aspectos, são reflexo do tipo estrutural de manutenção do sistema educacional, que exige apoio necessário aos desafios que se apresentam à formação do professor alfabetizador, de acordo com Viegas e Scaff (2015, p. 10) “[...] torna-se prioritário compreender a alfabetização, sobretudo, como direito à educação, em que as políticas educacionais potencializem mecanismos de oferta de ensino, não somente de acesso, mas também de qualidade”.

Assim exposto, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar a efetivação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA) no município de Dourados-MS. Como percurso metodológico, opta-se pela abordagem qualitativa, como forma de analisar os dados levantados (documentos oficiais e questionário aplicado³) a partir da literatura disponível.

2 Políticas de Alfabetização no Brasil

Todo governo carrega consigo concepções diferentes sobre variados assuntos e demandas da sociedade, suas ações têm reflexos, não havendo, portanto governos ou posicionamentos imparciais. Suas ações alteram resoluções, leis e programas buscando efetivar suas concepções, e com a alfabetização isso não seria diferente. Segundo Mortatti (2010 p. 331) “tais decisões políticas estão na base de políticas públicas como manifestações sintéticas das relações entre teoria e ação do Estado no que se refere ao atendimento às necessidades básicas sociais, como direitos dos cidadãos”.

As políticas destinadas ao ciclo de alfabetização entram então como dever do Estado em garantir o direito a todo e qualquer cidadão, promovendo a igualdade em termos de necessidades sociais básicas, entre estas a educação pública. Tais políticas são implementadas do nível federal ao municipal. Cada município tem sua

³ Elaborado com o objetivo de coletar dados complementares sobre o processo de adesão e implementação do Programa investigado. A pessoa entrevistada por meio do questionário foi a coordenadora municipal do PMALFA de 2018 a 2020.



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

autonomia assegurada pela Constituição da Federal Brasileira (CF) de 1988, ou seja, cada município atende as políticas públicas a partir de um direcionamento político-legal maior.

A exemplo do direcionamento mencionado, cabe destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, em que é garantido o acesso à educação pública gratuita, de qualidade e democrática, passando a envolver vários agentes em sua gestão, em que todos adquirem suas parcelas de responsabilidades para que seja cumprida. Com a LDB vigente, surgem diversas propostas como estratégias e formas de garantir sua efetivação: programas, políticas educacionais, prevendo alterações conforme as demandas da sociedade.

No que tange a área da formação continuada de professores para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental, recorre-se a Viegas (2014) que identifica o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), implementado a partir do início dos anos 2000, que ofereceu novas técnicas e olhares para a alfabetização, tais mudanças vieram através de estudos realizados por uma rede de educadores em vários países, com a concepção de que já não é mais possível conceber a escrita exclusivamente como um código de transcrição gráfica de sons, ou mesmo desconsiderar os saberes dos alunos, para o aluno ler e escrever é necessário que ele interaja, reflita, participe de diversas vivências que se transformarão em ricos conhecimentos.

Mais adiante, a autora cita o Pró-letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação, iniciativa que nasce em 2005 derivado da demanda legislativa que pontua o novo ensino fundamental de 9 anos, sendo um programa de formação continuada de professores em busca da melhoria da oferta e qualidade de ensino focado exclusivamente no ciclo de alfabetização leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2006 o Programa de Apoio a Leitura e Escrita (PRALER) foi lançado com o objetivo semelhante ao anterior, oferecer formação continuada para professores, porém o seu foco foi nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Nessa linha de ações para a fase de alfabetização e delineando o novo ensino fundamental, institui-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de nove anos, em vigor o Parecer nº 07 e pela Resolução nº 07, ambas





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

de 2010, que asseguram a alfabetização e o letramento com prioridade nos três primeiros anos do ensino fundamental.

A partir disso, ganha destaque o entendimento de que a fase destinada a alfabetização infantil deve ter como foco ações específicas, objetivando o desenvolvimento efetivo do processo alfabetizador, abarcando a faixa etária de 6 a 8 anos de idade. Nesse sentido, apresenta-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que surge em 2012 com o intuito de alfabetizar todas as crianças até no máximo 8 anos de idade, ou seja, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Tal programa traz a mesma ideia de alfabetização, porém com eixos de atuação convergentes: formação continuada de professores (Língua Portuguesa e Matemática), gestão e avaliação (Avaliação Nacional de Alfabetização⁴). Nesse sentido, teve como estratégia a oferta de cursos de formação continuada para professores alfabetizadores instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em consonância com os municípios.

Dois anos depois, é aprovado a partir da Lei nº 13.005 de 2014, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) que traz um rol de metas e estratégias para o decênio de 2014 a 2024, tendo como objetivo principal melhorar a qualidade da educação brasileira, em termos de acesso e permanência. Todos estados e municípios são colaboradores (pacto federativo), a partir do contexto e especificidades locais devem desenvolver planos subnacionais de educação, traçando ações para alcançar as metas previstas no documento maior. Em sua primeira diretriz designa a erradicação do analfabetismo, já em sua Meta 5 objetiva alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Nos anos seguintes (2015 e 2016), foi o momento de iniciar e estreitar das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que se reuniu várias assessorias e especialistas (setores público e privado) da área para sua elaboração, primeira e segunda versões. Já em 2017, com a Resolução nº 2, impõe-se a última versão consolidada, que foi divulgada em um contexto de muitas críticas: por ter excluído do debate e de sua elaboração os segmentos representativos dos

⁴ Incluída no rol das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

profissionais da educação; mas, incluindo gestores do setor privado na edição seu texto, ou seja, limitando o acesso público; negando assim à participação efetiva dos agentes da área, ou mesmo em desacordo com as intenções democráticas que devem pautar o espaço público educacional (VIEGAS; REBOUÇAS, 2018).

Alinhado a proposta da BNCC, surge em 2018 o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), instituído pela Portaria nº 142 do MEC, objetivando fortalecer e apoiar o processo de alfabetização, com uma diferença, abrevia-se o período destinado a alfabetização, ou seja, em vez do ciclo ser finalizado no terceiro ano do ensino fundamental, passa-se a finalizada a fase citada no segundo ano.

Mais recentemente, em 2019, com o Decreto nº 9.765, o governo atual reconfigura a “Política Nacional de Alfabetização”, com renovação do ciclo do PMALFA⁵, que passou a priorizar a alfabetização das crianças apenas no primeiro ano ensino fundamental (VIÉDES; SOUSA; ARANDA, 2019), ou seja, antecipando o que seria a “idade certa”, como também desta maneira trazendo mais práticas alfabetizadoras agora abarcando a etapa da educação infantil, revelando outra percepção e concepção do que seja “alfabetização”.

3 O PMALFA: caracterização geral

O Programa Mais Alfabetização (PMALFA) surgiu com o intuito de fortalecer o processo de alfabetização (leitura, escrita, conhecimento matemático) nas unidades escolares principalmente dos primeiros e segundos anos do ensino fundamental, implementado nas unidades escolares públicas estaduais, distritais e municipais, sendo uma estratégia e articulação institucional com apoio técnico do MEC (BRASIL, 2018b).

No que se refere ao apoio financeiro, este ocorre por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para aquisições de materiais e contratações de serviços necessários, na despesa dos assistentes referente ao transporte e alimentação.

Para adesão ao Programa, as unidades escolares da rede municipal, estadual ou distrital que possuam turmas com alunos regularmente matriculados no

⁵ Conforme identificado no Ofício-Circular nº 1 de 2019. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpTr29c0_5ccc4e562c1bd.pdf. Acesso em nov. de 2021.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

primeiro ano ou segundo ano do ensino fundamental e que possuam turmas com, no mínimo, dez matrículas na fase mencionada devem assinar termo de compromisso, no âmbito municipal pelo prefeito e pelo secretário de educação. Concomitantemente à assinatura do termo de compromisso, o secretário de educação deverá realizar a adesão ao Programa no módulo Plano de Ações Articuladas (PAR) do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC) do MEC, indicando as unidades escolares que poderão participar do Programa (BRASIL, 2018b).

Após a sua adesão, o monitoramento durante sua execução é feito pelo coordenador/gestor do programa no qual é selecionado e indicado para tal cargo. Segundo o documento cabe as unidades escolares articular o programa integrando-o às políticas educacionais da rede de ensino às atividades previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. Acompanhando ainda a evolução da proposta em matéria de ensino e aprendizagem dos alunos, lançando mão de avaliações diagnósticas, do planejamento interventivo, pontos necessários para o cumprimento de resultados.

Segundo Brasil (2018b), o PMALFA garante um professor apoio ao professor alfabetizador regular, por intermédio de critérios pré-estabelecidos, por um período de cinco horas semanais para as unidades escolares não vulneráveis e de dez horas semanais para unidades escolares classificadas como vulneráveis⁶. Há também uma proposta de fortalecimento da gestão das secretarias de educação e das unidades escolares, para fins de formação do professor alfabetizador e do assistente. Assim indica-se: estimular a cooperação entre estados e municípios, assegurar o monitoramento e a avaliação da execução e dos resultados do programa, bem como avaliar os resultados do programa na aprendizagem dos estudantes com a busca de melhorias e aperfeiçoamento.

A respeito da formação continuada ofertada aos alfabetizadores, o PMALFA oferece um curso de "Desenvolvimento Profissional" com o objetivo de apoiar os gestores escolares na construção de um diagnóstico do processo de alfabetização

⁶ As escolas consideradas vulneráveis são as que atendem aos seguintes critérios: possuem mais da metade (50%) dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos dos anos iniciais do ensino fundamental, nos níveis insuficientes nas três áreas avaliadas no SAEB/ANA (leitura, escrita e matemática); apresentam Índice de Nível Socioeconômico abaixo de médio (baixo, muito baixo, médio baixo e médio), segundo a classificação do INEP (BRASIL, 2018).



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

e na definição de metas e ações para garantir a aprendizagem dos estudantes.

O curso é um suporte no processo de formação de professores alfabetizadores e assistentes de alfabetização. A proposta apresenta-se os perfis: gestores, coordenadores, professores e assistentes de alfabetização, cada um com seu itinerário. O curso possui 3 módulos e, no total, uma carga horária de 40 horas. Com certificação prevista mediante a obtenção de pontuação mínima e preenchimento de formulários ao final do curso.

4 A hora e a vez do PMALFA: o cenário municipal douradense

Localizada no centro-sul do MS a cidade de Dourados possui de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, cerca de 227.990 habitantes, se tornando a cidade mais populosa do interior do estado, sua área territorial é de 4.062.236 km². A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 97,1% em 2010, o mais atualizado. Até o ano 2023 o município possuía 84 instituições que ofertam educação infantil e ensino fundamental.

Em relação a Rede Municipal de Ensino Pública (REME), houve na Educação Infantil (0 a 5 anos) 9.651 crianças matriculadas, no ensino fundamental (1º ao 9º ano) teve 19.948 alunos matriculados, sendo o total 29.599 de alunos na rede de ensino.

O atual Plano Municipal de Educação (PME) de 2015 a 2025, em sua Meta 5 traz como foco a alfabetização de todas crianças, no máximo até o terceiro ano do ensino fundamental, indicando como caminho de suporte ao processo alfabetizador, a adesão aos programas federais de suplementação técnica e financeira.

No que diz respeito ao PMALFA, a adesão ao programa ocorreu em 2018, que segundo a Gestora (2021) se deu "por meio da assinatura do termo de compromisso, conforme disposto na Resolução nº 7 de 22 de março de 2018 publicada no DOU de 23/03/2018, nº 57, Seção 1, p. 15".

A formação continuada, de acordo com a entrevistada foi realizada em três momentos ofertados para os professores assistentes, na qual contou com uma formação totalmente presencial pela SEMED, uma ofertada na plataforma do Centro



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED/MEC) totalmente on-line⁷, ambas no ano de 2018 com duração de 80 horas cada, contando com a participação total de 104 professores assistentes de alfabetização no município e outra formação que ocorreu no ano seguinte (2019) de forma presencial e on-line, também ofertada pela SEMED com o total de 100 horas e passando para 240 professores assistentes.

As formações realizadas contaram ainda com o apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em uma das formações, na qual realizou uma palestra através do convite da Gestora, e contou também com a parceria dos núcleos da SEMED: Educação Especial, Social e Psicopedagógico, Pedagógico, Comunicação e Tecnológico (GESTORA PMALFA, 2021).

Dentro da proposta do PMALFA foram trabalhados quatro eixos de conteúdos para formação: "Eixo 1 - Apropriação da linguagem oral e escrita; Eixo 2 – Apropriação da linguagem matemática. Eixo 3 – Organização do espaço escolar; Eixo 4 – Educação Inclusiva e Diversidade".

Do ponto de vista da Gestora (2021) no início da implantação do programa no município (2018), não houve um elevado nível de aceitação pela REME da proposta PMALFA, mas conforme o desenrolar da participação em reuniões, com esclarecimentos, as devidas formações e o retorno do desenvolvimento da aprendizagem foi sendo percebida aderência a proposta, "a aceitação era percebida pelos atendimentos aos assistentes de alfabetização, professores, coordenadores e diretores; visitas nas escolas, reuniões, dados inseridos no sistema e a parceria/participação nas formações." (GESTORA PMALFA, 2021)

Em relação as dificuldades e/ou obstáculos ao longo da implantação do PMALFA, a Gestora (2021) pontuou as questões de operacionalização técnica, não cumprimento de prazos, indisponibilidade dos certificados.

[...] a operacionalização do Sistema de monitoramento e devolutiva na Plataforma CAED, pois o sistema não dava o suporte necessário, não obtivemos êxito na inserção dos dados na plataforma, principalmente os resultados das avaliações dos alunos. Sistema lento ou inoperante. As devolutivas das avaliações não foram disponibilizadas nos períodos devidos e algumas escolas não

⁷ É um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/>. Acesso em: nov. de 2021.





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

obtiveram esses resultados. Os certificados das formações on-line disponibilizados pela plataforma CAED não foram disponibilizados. Devido a esses problemas técnicos em 2019 três escolas não participaram do PMALFA do total de 41 escolas habilitadas para oferecimento do Programa, de acordo com os dados disponibilizados pelo PDDE/FNDE/MEC (GESTORA PMALFA, 2021).

Contudo, a Gestora (2021) ainda detalha que apesar da dificuldade encontrada os resultados foram exitosos de acordo com os dados avaliativos disponibilizados na plataforma CAEd, em relação ao comparativo entre as unidades escolares credenciadas quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Das informações coletadas junto a Gestora buscou-se ainda compreender os atores responsáveis pela operacionalização do programa, além da própria Gestora entrevista que foi a Coordenadora Geral, há as figuras do Coordenador Pedagógico e do Professor Alfabetizador que são os profissionais já inseridos no contexto escolar regular (concursados e/ou contratados). Porém, um destes atores chamou a atenção, que é o “assistente de alfabetização”, que não faz parte da comunidade interna da escola, mas sim uma pessoa de nível médio que faz parte da comunidade (bairro) no entorno da unidade escolar, que se inscreve como “voluntário” por meio de chamamento público realizado pela própria escola, não sendo critério obrigatório estar cursando algum curso superior.

Segundo informações disponibilizadas pela Agência Brasil⁸, os auxiliares receberão R\$ 150 por mês para cada turma em que atuarem, podendo acumular até oito turmas. Não há vínculo empregatício e os interessados serão submetidos a uma seleção elaborada pelos municípios, ou seja, na possibilidade de o assistente receber até R\$ 1.200,00 por mês. Embora, o programa indique alguns limites quanto a contratação.

O assistente de alfabetização em escolas classificadas como vulneráveis poderá atuar na condição de voluntário, até 10 horas semanalmente por turma, tendo como limite 5 turmas. Já o assistente de alfabetização situado em unidades escolas classificadas como não vulneráveis, poderá atuar até 5 horas semanalmente por turma, com um limite de 8 turmas.

⁸Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/programa-mais-alfabetizacao-encerra-inscricoes-hoje>. Acesso em: nov. de 2021.



VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Quanto a ausência de condições formativas do assistente de alfabetização, segundo Brasil (2018b, p. 05), estas podem ser sanadas “por meio de oficinas específicas e cursos com o tema de gestão da aprendizagem”.

O pagamento dos auxílios (transporte e alimentação) aos assistentes de alfabetização são oriundos integralmente dos recursos oriundos do PDDE, além da aquisição de materiais de consumo e a contratação de serviços.

Considerações finais

Diante do trabalho desenvolvido, é possível inferir que a educação em geral e, em específico a alfabetização tem o potencial de promover transformações efetivas.

O alfabetizar é verbo, é ação, necessita que os atores e a comunidade escolar estejam envolvidos cooperando. Porém, como afirmam Viegas e Scaff (2015, p. 10) apoiadas em Dourado (2007): “Dessa forma, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula.”

Por intermédio dos dados obtidos identifica-se que o município de Dourados-MS, tem apresentado um histórico de dependência externa (governo federal) de orientações e suporte em termos de programas de formação continuada, o que não difere do restante dos municípios brasileiros, em parte devido a dependência financeira e técnica para operacionalização de tais programas.

Dificuldades quanto a estrutura tecnológica (física e humana) colaboraram para o desinteresse das unidades escolares quanto a adesão aos programas formativos. Esse contexto revela os problemas dos programas em geral de mostrar seus resultados, colaborando para que ocorram desistências com maior frequência e sem que se conclua como esperado. Não tendo resultados oficiais não se tem uma ideia de como melhorá-los ou questioná-los, quais pontos foram importantes e decisivos para o processo de aprendizagem e quais poderiam discutir e alterar decorrente as demandas observadas tanto locais como em nível nacional.

O olhar reflexivo e a liberdade de dialogar são essenciais para a prática docente crítica, sendo passo fundamental para repensar mestas, estratégias, ações. Investir em qualidade na educação diz respeito também aos profissionais,





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

que devem ser valorizados (salário, carreira, formação).

A gestora apontou que as formações realizadas contaram ainda com parcerias anteriormente já citadas, levantando mais indagações sobre essas, como tais parcerias atuaram, se deram por iniciativa de quem, por quanto tempo esteve presente e como atuaram.

Tais considerações estão longe de concluírem a discussão, sintetizam um ponto de vista dos aspectos de uma realidade local, o que demanda aprofundamentos futuros em termos de pesquisa. Todavia, colabora no sentido de refletir e analisar sobre a implementação de políticas educacionais pensadas a nível nacional, mas que podem sofrer alterações em espaços específicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018a.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

BRASIL. **Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Programa de Apoio a Leitura e Escrita (PRALER)** – Guia Geral. Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Diretoria de Assistência a Programas Especiais. Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2006.

BRASIL. **Programa Mais Alfabetização** - Perguntas frequentes. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018b.

BRASIL. **Pró-Letramento**. Guia Geral. Brasília, DF: MEC/SEB/SEED, 2005.

BRASIL. **Resolução nº 2, de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

IBGE. **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de





VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021.

IBGE. **Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade**. Censo Demográfico 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 44. p. 329-410, maio/ago., 2010.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos. **Políticas de formação continuada de professores alfabetizadores no município de Dourados-MS**. 2014. 276f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos; REBOUÇAS, Virgília Margarida. As políticas de alfabetização no Brasil no contexto do ensino fundamental: aspectos normativo-legais. **Laplage Em Revista**, 4(2), p.142-152.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Políticas para a alfabetização no Brasil: do Ensino Fundamental de nove anos ao pacto pela alfabetização até os oito anos de idade. **Horizontes - Revista de Educação**, v. 3, n. 6, p. 06-18, jan. 2017.

